



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos

## EXPANSÃO IFETIANA NO BRASIL: COMPONENTES DO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

LÍGIA DA NÓBREGA FERNANDES<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é parte da nossa tese doutoral e tem como objetivo apresentar componentes do processo de precarização do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFET's no Brasil. O recorte do estudo considerou a realidade de 5 estados/regiões do país. O resultado demonstrou que a atual crise de reprodução do capital, a contrarreforma do Estado e as transformações do "mundo" do trabalho reverberam no exercício profissional impondo determinantes que paulatinamente vem incidindo no cotidiano de trabalho e no processo de precarização do trabalho dos/das assistentes sociais no interior da educação profissional e tecnológica brasileira.

**Palavras-chave:** Crise do capital; Expansão ifetiana; Precarização do trabalho de assistentes sociais

**Abstract:** The present work is part of our doctoral thesis and aims to present components of the process of precarious work of social workers in the Federal Institutes of Education, Science and Technology-IFET's in Brazil. The cut of the study considered the reality of 5 states/regions of the country. The result showed that the current crisis of reproduction of capital, the counterreformation of the State and the transformations of the "world" of work reverberate in the professional exercise imposing determinants that are gradually affecting the daily work and the process of precarious work of the assistants within Brazilian professional and technological education.

**Keywords:** Capital crisis; Ifetian expansion; Precariousness of the work of social workers

### 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica de produção e reprodução capitalista da atual ordem monopólica, encampada pela crise de acumulação do capital, reestruturação produtiva, componentes ideológicos neoliberais e da contrarreforma estatal colocam-se nas últimas décadas enquanto determinações da dinâmica social, política, econômica e histórica.

Conjuntamente, esses elementos vêm impactando de forma negativa no "mundo" do trabalho, dada a imposição da racionalidade instrumental sobre o

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual de Roraima. E-mail: <ligiadanobrega@gmail.com>

trabalho global, cujo mote principal torna-se a necessidade de utilização máxima e otimizada do trabalho vivo como forma de usurpação e expropriação da força humana de trabalho, não sendo à toa, portanto, as formas multiformes para intensificar, flexibilizar, degradar e precarizar as relações e condições de trabalho na esfera fabril como no trabalho realizado na esfera dos serviços. Ou seja, em todos os campos da sociabilidade capitalista contemporânea vem sendo incorporada com maior vigor, a controlabilidade e subordinação do trabalho assalariado ao capital.

Não isentam-se desse cenário enquanto parte de uma totalidade complexa, processual e multiforme, - pelo significado social que assume no processo de reprodução da força de trabalho -, os/as assistentes sociais que labutam no interior dos IFET's.

É sobre essa discussão que o presente trabalho versará. Seu desenvolvimento será dividido em três momentos que se imbricam.

O primeiro momento fará um balanço das relações entre a crise estrutural do capital e as transformações sobre o “mundo” do trabalho. O segundo, por sua vez, apresentará de forma sintética - dado os limites do presente artigo - os componentes da precarização do trabalho de assistentes sociais nos IFET's no Brasil. Por último, será explanado as conclusões do estudo.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Relações entre a crise estrutural do capital e as transformações no “mundo” do trabalho**

As *gravitações* da crise econômica e financeira na dinâmica interna do capital não são novas no cenário de desenvolvimento do capitalismo. Eclodem desde que o capital passou a comandar a produção, sendo constitutivas, sucessivas e até hoje inevitáveis do modo de produção capitalista e do movimento do capital.

Paulo Netto e Braz (2006, p. 156), sobre isso pronunciam:

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de **crises econômicas** – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *catorze vezes* acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente *instável*, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente coartados por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria. (grifos do autor)

Inseparáveis do desenvolvimento capitalista, Marx esbarra com ela nos anos de 1847 a 1848 e de 1857 a 1858 (HARVEY, 2014a, p. 14), lhe possibilitando analisar e compreender suas contradições e tendências. Assim, antes de serem fortuitas, as crises são fenômenos sócio-político-econômicos que transversam o cenário mundial no século XIX, alcançam solidez no século XX e obtém amplo vigor e dimensões diferenciadas no século XXI.

Nas primeiras décadas do século XX, os estudos de Lenin (2012, p. 12) já apontavam que as crises do capital figuram como etapas fundamentais e necessárias do modo de produção capitalista. Em seu eixo argumentativo, Lenin já elucida em 1917, o potencial regenerador contido nas crises do capital para dinamizar a acumulação, a (re) constituição da riqueza e lucros. Harvey (2014a, p. 20) reitera o argumento leninista reconhecendo ser a crise do capital expressão endêmica do modo de produção capitalista.

Acresce-se que para além de endêmica, as crises do capital tornaram-se epidêmicas e avassaladoras dadas à instauração mundial de um caótico quadro econômico, social e político, cíclico que se instauram e permanece no século XXI.

No século XXI, a crise do capital passa a ter caráter biforme, ou seja, ao mesmo tempo em que adquire capacidade de espalhar-se por todas as fronteiras, espargindo os *respingos* da recessão econômica e social nos diferentes cenários - dos países cêntricos aos periféricos -, também lança estratégias de recuperação, mundializa-se graças ao massivo investimento na política de internacionalização de capitais que tem como intenção central quebrar as barreiras dos mercados para que os fluxos de capitais circulem sem maiores dificuldades.

É neste sentido que se pode afirmar que a crise do capital no século XXI, portanto, para além de ser “[...] mundializada, global, *sistêmica*: ultrapassa todas as crises internacionais do passado, em 1857, em 1907-1908 e mais ainda em 1929 e na década de 1930” (HERRERA, 2015, p. 8); tendo assim um caráter tipificado, pois, mesmo sendo estrutural, adquire formas contemporâneas de recuperação/acumulação que são aparentemente abstratas, mas objetivas, na perspectiva de escapar à estagnações econômicas a exemplo, como informa Herrera (2015, p. 8), das crises do México dos anos de 1982 e 1994; da crise dos Estados Unidos de 1987 e 2000; da União Europeia entre 1992-1993; Japão em 1995; da Ásia em 1997-1998, Rússia e Brasil nos anos de 1998 e 1999, dentre outras que eclodem após 2007 na dinâmica do capitalismo global. (HARVEY, 2014a, p. 17)

São crises que se desencadeiam pelo aumento de produtividade, ampliação da oferta de produtos, crise de consumo, arrecadação, etc. Se expressam quando a queda do processo de produção de capitais torna-se mais ampliado do que o processo de circulação; quando “[...] o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de reprodução do capital.” (SOUZA, N. A., 1992, p, 48).

No decurso do modo de produção capitalista, pelo menos até a década de 1970, Mandel (1990, p. 37), identifica 20 crises de superprodução desde que se formou o mercado mundial. Assim, diz o autor:

Desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial, houve exatamente vinte crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares. São elas: de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a de 1974/75 [...].

O entendimento de Mandel (1990, p. 37) e Harvey (2014b, p. 78) se cruzam quando este afirma que crises são “[...] excedentes de capital (em termos de mercadorias, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente [...]”

Ao contrário do que se pode pensar, as inúmeras crises, não eliminaram as grandes fortunas. Dados sobre isso - com ênfase na desigualdade econômica e social nos países estadunidenses e ao redor do planeta -, estão

expostos no livro “*Thomas Piketty e o segredo dos ricos*”, onde abundam informações sobre a dinâmica do movimento do capital, suas leis imanentes e formação das desigualdades.

Mesmo havendo certa limitação teórico-político de Piketty, - reconhecida por Jacoby (2014, p. 107) -, em ter como saída para esse estado de coisas a taxação via política fiscal do capitalismo, o livro oferece um panorama, com dados interessantes e concretos, da atual *face* da crise e seu sistema acumulativo. Assim, mesmo com um panorama frente à desigualdade e ampliação da pobreza à revelia das grandes fortunas, Piketty não tematiza nem vai a raiz do problema desse estado de coisas, pois com argumentos utópicos, ao não tratar de categorias como trabalho excedente, alienado, etc., romantiza a administração e as contradições do capitalismo, o que contrasta com o pensamento marxiano cuja defesa não é regular ou administrar o capitalismo, mas suplantá-lo.

Quais seriam então um dos caminhos contemporâneos estratégicos adotados pelo capital, sobretudo a partir da crise de 2008, para restaurar a acumulação e recuperação da sua rentabilidade?

A crise de 2008, agudizada especialmente a partir da segunda metade de 2008, se revelou em termos de profundidade, extensão, abrangência e gravidade como uma das mais severas e intensas desde os anos de 1930.

Viralizada para todo planeta, sacudiu todo o sistema financeiro, quebrou bancos e empresas, aprofundou a pobreza e a desigualdade social em todo mundo e avançou sobre o trabalho, demarcando a necessidade de ampliar o desemprego e precarizar as condições de trabalho. Sampaio Júnior (2009, p. 10), aponta que seus efeitos foram devastadores para os trabalhadores:

A Organização Internacional do Trabalho calcula que, apenas em 2008, o número de desempregados aumentou em quase nove milhões e que mais de 100 milhões de pessoas passaram a integrar o número de trabalhadores pobres, ou seja, pessoas que ganham uma renda insuficiente para manter a família (menos de US\$2 *per capita* por mês).

Qual o resultado desse quadro estrutural para o trabalho?

Esse processo vai demarcar um ciclo diverso e multifacetado nas formas de produção, gestão, relações, vínculos e condições de trabalho. O caráter

mais expressivo desse contexto regressivo, se expressa no complexo de flexibilização, precarização, intensificação e degradação do trabalho, cuja lógica principal se sustenta na necessidade da máxima utilização, usufruto e otimização do trabalho vivo; necessidade que torna-se premente para a totalidade dos trabalhadores dos diferentes ramos e esferas da empregabilidade capitalista, não isentando dessa forma, o trabalho dos/das assistentes sociais no interior da esfera pública estatal, a exemplo dos profissionais que labutam nos IFET's dos diferentes estados/regiões do Brasil.

## **1.2 Componentes da precarização do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**

Na última década, particularmente a partir de 2008, iniciou-se no Brasil o processo de expansão/ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica<sup>2</sup>.

Como corolário dessa expansão/ampliação, mormente quantitativa, sobrevieram os IFET's, enquanto parte de um projeto educacional populista, não universalizante, porém com certo grau de massificação das matrículas e voltado em seu contexto global para a instrumentalização/racionalização do trabalho simples.

Os IFET's tornam-se dentro dessa lógica atentos para a empregabilidade "rápida", nos moldes das políticas educacionais direcionadas pelo Banco Mundial, cuja concepção orienta-se para as necessidades imediatas de exploração/reprodução da força de trabalho pelo capital.

Nesta lógica, não é à toa que a política educacional, intrinsecamente de cunho neoliberalizante e vinculada aos interesses imediatos do capital para reprodução de uma força de trabalho ideologicamente "adestrada", se difundiu

---

<sup>2</sup> A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica atualmente é composta pelos IFET's, pela Universidade Tecnológica do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFET's, Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades.

via Banco Mundial no cenário brasileiro apoiado, sobretudo pelas franjas burguesas.

Cruz (2003, p. 72), sintetiza a nefasta influência do Banco Mundial nas políticas educacionais da seguinte forma:

Em suma, a análise da intervenção do Banco Mundial nas políticas educacionais brasileiras evidencia a expansão das políticas mais convenientes aos interesses do capital. Essas políticas contam com o apoio decisivo dos governos e das elites nacionais que viabilizam sua inserção e operacionalização, conforme as orientações das agências que monitoram, por meio do mecanismo das condicionalidades, as metas acertadas nos ditos acordos de cooperação internacional. Nesse sentido, a propalada “cooperação” consiste, de fato, em estratégia de expansão das políticas e interesses do capital internacional, sendo que a educação, nessa perspectiva, restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo [...] (CRUZ, p. 72).

No Brasil, esse direcionamento político da educação é, dentre outros elementos, representado pela expansão dos IFET's em diferentes regiões/estados da federação e se dá - dentre outros - via criação física de novas unidades e/ ou reestruturação de unidades pré-existentes voltadas para a educação profissional e tecnológica cuja abrangência volta-se para níveis e modalidades diferentes, que comportam da formação inicial e continuada à pós-graduação.

Em uma década, e sob orientações dos organismos internacionais, sobretudo para expansão do ensino de certificações aligeiradas e imediatistas, triplicou-se no Brasil o número de unidades de IFET's voltadas para este tipo de ensino:

[...] De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. (REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2018).

A expansão dos IFET's em diferentes regiões/estados ao mesmo tempo em que possibilita ampliar o acesso educacional ao ensino técnico profissionalizante, considerando que as instalações das unidades tornam-se desterritorializadas e não mais concentradas em grandes centros e metrópoles urbanas, coloca - na ordem do dia - situações da atual sociabilidade capitalista

em relação às condições de trabalho dos/das assistentes sociais que, embora se ocultando na totalidade complexa das dinâmicas institucionais dos IFET's, não se apartam das mediações cotidianas do trabalho profissionais.

Como isso se expressa?

Importa destacar em primeiro lugar que o princípio educativo do trabalho profissional não é uma requisição manifesta pela ação do Estado e franjas burguesas na contemporaneidade.

As atividades educativas disciplinares, coercitivas, adaptadoras/internalizadoras do modo e racionalidade capitalista estão presentes na emergência e significado social da profissão desde sua gênese, conforme reconhece Abreu (2009, p. 594):

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciada na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho.

Isso significa dizer que, - embora o Serviço Social empreenda esforços para embasar suas ações no Projeto Ético-Político, no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, - os princípios moventes das contratações, historicamente, são - e continuam sendo, - movidos pela necessidade de controle social e pulverização de conflitos ante as desigualdades sociais, sendo estes, aliás, um dos elementos ideológicos regentes da expansão do mercado de trabalho sócio-profissional dos assistentes sociais a partir de 2008, quando da expansão dos IFET's na realidade brasileira.

A expansão dos IFET's, além de possibilitar espraiar o mercado de trabalho para assistentes sociais na Rede Federal através da abertura de concursos públicos (embora que na perspectiva de controle da pobreza e desigualdade social) -, também possibilita ampliar o acesso das classes trabalhadoras e seus filhos ao ensino técnico profissionalizante, sobretudo por meio das ações afirmativas, compreendidas enquanto políticas que visam corrigir distorções históricas e contemporâneas a grupos discriminados por exclusões sócio-econômicas, étnicas, raciais, de gênero, etc.

Se por um lado fica evidente que as ações afirmativas representam a necessidade de corrigir distorções históricas e contemporâneas para com as classes trabalhadoras e seus filhos, por outro se torna claro que o acesso às vagas ao ensino técnico profissionalizante por si, não é suficiente para possibilitar a permanência estudantil dos ingressantes.

Isso se dá, sobretudo porque os alunos que ingressam nos IFET's, trazem consigo trajetórias educacionais, familiares, de trabalho e vida, circunscritas pelas marcas da desigualdade em que são expressões, dentre outras por:

- ✓ Carências materiais geradas pelo desemprego e/ou inserções precárias dos estudantes ou seus familiares no universo do trabalho;
- ✓ Conflitos e/ou violência doméstica familiar que impactam na frequência, desempenho, interesse pelo aprendizado e rendimento escolar/acadêmico dos estudantes;
- ✓ Situações de consumo de psicotrópicos e/ou tráfico de substâncias psicoativas;
- ✓ Doenças crônicas familiares que interferem no orçamento geral do grupo familiar e na manutenção da permanência estudantil nos IFET's;
- ✓ Gravidez e/ou paternidade precoce (ou não) sem nenhum tipo de apoio familiar;
- ✓ Moradias precárias e/ou sem condições habitacionais;
- ✓ Endividamentos familiares que comprometem o orçamento do grupo familiar e, conseqüentemente, à frequência às aulas e/ou atividades escolares/acadêmicas.

Ou seja, os estudantes da educação profissional e tecnológica transmitem para dentro dos IFET's as refrações das questões sociais originadas e vivenciadas no interior das relações sociais do sistema sociometabólico e incontrolável do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 30).

São refrações que, se por um lado complexificam e aumentam as demandas no âmbito dos IFET's, por outro, exigem mediações criativas e propositivas, (IAMAMOTO, 2003, p. 20) com conhecimento e competência

teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, formativa e investigativa (GUERRA, 2009, p. 701-717), enquanto mecanismos para acompanhar a processualidade multiforme da realidade.

As respostas profissionais, no entanto não dependem apenas desses componentes, pois, embora os/as assistentes sociais possam exercer - através do seu trabalho - efeitos materiais, sociais e ídeo-político nos indivíduos (IAMAMOTO, 2003, p. 66-69) e nas condições de reprodução das classes mais pauperizadas, é também parte integrante do trabalho assalariado, dependendo da compra e venda de sua força de trabalho enquanto meio para garantir sua própria existência.

Nesse sentido, enquanto força de trabalho, não dispõem de todos os meios e recursos para empreender suas ações, ficando, portanto em muitas situações com o exercício profissional limitado - embora considerando a relativa autonomia -, dado que parte dos recursos e meios físicos, materiais, humanos e estruturais do trabalho não pertencem aos profissionais.

Esse contexto indissociável dos processos de trabalho, das novas reconfigurações postas ao mundo do trabalho, cuja “economia” de contratações passa a ser o mote central, incitam conjuntamente sobre as condições do trabalho profissional dos/das assistentes sociais nos IFET’s.

No campo empírico de nossa pesquisa doutoral, comportando um universo de 146 (cento e quarenta e seis) assistentes sociais, espalhados em 96 (noventa e seis) municípios em 5 (cinco) estados/regiões do Brasil isso ficou demarcado, a partir do momento que se observou:

a) O plausível aumento no número de matrículas da população empobrecida na educação profissional e tecnológica, mas por outro lado, estruturas físicas mal projetadas/adaptadas ou não concluídas, aspectos comprometedores não apenas do exercício profissional em suas relações com os usuários, mas também, em relações as condições éticas e técnicas do trabalho profissional.

b) Falta de normatização e/ou proporcionalidade por parte da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- SETEC entre as contratações profissionais de assistentes sociais e o quantitativo de estudantes a serem atendidos, situação geradora de aproveitamento da força de trabalho em

unidades onde há profissionais. Tal prática nos últimos anos, conforme apontou os profissionais, vem se tornando recorrente sendo representativa da “economia” no fomento de novas contratações para formação/renovação de quadros de servidores via abertura de concursos públicos.

Isso, paulatinamente, vem representando a precarização - por dentro - do serviço público e das próprias condições de trabalho dos/das assistentes sociais, dado que, além dos antigos quadros assumirem o trabalho em suas unidades de origem, em muitas situações estão se tornando responsáveis pelo trabalho de outras unidades, aspecto que representa o duplo aproveitamento da força de trabalho, mas sem mudança salarial concreta ou incremento de direitos do trabalho para os profissionais;

e) Trabalho permeado pela racionalidade instrumental e componentes tecnicistas, burocráticos, com práticas rotineiras e mecânicas que obstam a reflexão teórico-crítica dos processos, aspecto que reforça a preocupação de Guerra [ca. 1990, p. 1-16] em limitar o trabalho profissional em instrumentos/meios de reprodução do capital para o alcance das finalidades institucionais enquanto respostas as necessidades da ordem burguesa;

f) Aumento na cobrança para realização de atividades administrativas sem relação com as atribuições privativas da profissão. Esse aspecto apresentou-se de forma recorrente nas entrevistas concedidas pelos profissionais. Dessa situação pode-se recortar o seguinte estrato:

A demanda de trabalho tem crescido consideravelmente. As condições físicas não são das piores, mas, não temos, ainda, um espaço privativo para atendimento. Estamos cada vez mais envolvidas em atividade diversas, com projetos de extensão e ensino. Não temos uma equipe interdisciplinar na Coordenação de Assistência Estudantil, nem um assistente em administração, o que nos leva a perder muito tempo com atividades burocrático-administrativas, como confecção de planilhas para pagamento de auxílios estudantis. O aumento da demanda e o tempo perdido com atividades não próprias do Serviço Social, faz com que tenhamos que utilizar outros recursos, como por exemplo, o whatsapp, para resoluções de problemas quando não estamos no ambiente de trabalho, gerando mais cansaço e estresse. (ASSISTENTE SOCIAL, FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 99).

Pelas entrevistas e formulários de pesquisa também se tornou possível perquirir que os/as assistentes sociais dos IFET's estendem suas jornadas para além do seu lócus formal de trabalho. Isso vem se dando, sobretudo pela virtualização do trabalho cuja extensão é mediada pela Tecnologia da Informação e da Comunicação-TIC.

Da totalidade do universo pesquisado, 95% dos profissionais afirmaram serem acionados por meio da TIC para dar continuidade ou mediar atividades de trabalho após o término do expediente formal, o que demonstra estar em curso e legitimado no trabalho dos assistentes sociais dos IFET's, o trabalho móvel, o que significa em outras palavras, o alongamento das jornadas para os espaços virtualizados, externo aos espaços tradicionais de labuta.

Em outras palavras, o tempo de não trabalho passa a ser capturado e convertido em tempo de trabalho, tendo-se como uma das consequências, a diminuição para o convívio e atenção familiar, cuidados pessoais com saúde, lazer, vida afetiva, etc.

O campo empírico também revelou que os desgastes decorrentes do trabalho não se limitaram a estender as atividades de trabalho para além dos espaços tradicionais.

Por meio dos formulários de pesquisa, também se verificou tensões e preocupações no que tange a realização do trabalho, ora decorrente da desconsideração do arsenal jurídico-normativo da profissão, sobretudo no que diz respeito à Resolução do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS nº 493 de 2006 que busca assegurar as condições éticas e técnicas do exercício profissional, ora decorrente da falta de recursos financeiros suficientes para tentar garantir de forma universal a permanência estudantil dos alunos mais pauperizados que ingressam na educação profissional e tecnológica.

Tal aspecto passa a ter grande impacto nas condições de realização do trabalho dos/das assistentes sociais tendo em vista que isso impõe mais atividades burocráticas/racionalizadoras, típicos das avaliações socioeconômicos que cada vez mais impõem seleções, focalizações e triagens sociais de um exército educacional que não tem condições reais de manutenção para com a educação escolarizada.

Isso traz dentre outras consequências para os processos de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's: cansaço físico, mental, desgastes emocionais, ou seja, expressões de *stress* ocupacional que deve impreterivelmente ser considerado enquanto componente-parte das transformações do “mundo” do trabalho que intrinsecamente se alinha com o reordenamento estatal que prevê cada vez mais a redução nos gastos públicos e nas contratações da força humana de trabalho, mesmo que isso signifique adoecimentos/desgastes provocados pelo acúmulo e intensificação do trabalho.

Um dos profissionais ao avaliar as condições de trabalho, expressão desse processo pronuncia:

Minhas condições de trabalho são precárias, não tenho uma sala privativa do serviço social. Trabalho com poucos recursos financeiros. Além, das pressões sofridas pelo aumento das demandas do trabalho. Ocasionalmente com isso, cansaço físico e mental, desgaste emocional e muita ansiedade. (ASSISTENTE SOCIAL, FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 12).

Além desses aspectos foi verificado o aumento de cobranças por respostas as demandas tendencialmente crescente no interior dos IFET's. Neste sentido, identificou-se a ampliação por parte dos profissionais, de esforços intelectuais, emocionais e relacionais no enfrentamento das questões educacionais que se colocam no cotidiano e que exigem respostas imediatas.

Outrossim, não passou despercebido, o atual controle e disciplinamento do trabalho impingido sobre os profissionais, tendência que vem se realizando através da implantação de registros de ponto eletrônico biométrico dentro dos IFET's que representa para além da preocupação em otimizar gasto com folha de pessoal, estratégias de disciplinamento e monitoramento do labor profissional, não apenas dos assistentes sociais, mas do conjunto de trabalhadores/as especializados que labutam em diversos estados/regiões do Brasil no âmbito dos IFET's.

### **3 CONCLUSÃO**

Desde os anos de 1970 a acumulação do capital vem se reconfigurando em escala planetária. Dinamizado pelos ciclos de crise de reprodução, o trabalho enquanto fonte de geração de riqueza, mais-valor, sobrevivência e manutenção capitalista tem se tornado ainda mais precarizado, flexível, intensificado e cada vez mais tendente a ampliar os níveis de exploração, stress, adoecimento, desgastes para aqueles que trabalham.

São componentes que, articulados aos avanços técnicos/tecnológicos com ancoragem na reestruturação produtiva, concepções neoliberais enquanto mecanismos políticos-ideológicos, incitam/exigem o enxugamento dos gastos públicos, aumento nos ritmos de trabalho, contratações com perdas salariais e de direitos. Ou seja, são expressões da atual ordem capitalista que dilaceram o “mundo” do trabalho em nome da própria subsistência e reprodução do capital.

Ante a isso, são articuladas estratégias. A educação profissional e tecnológica engendrada pelos IFET’s coloca-se como uma delas, pois em nome da acumulação e seu ciclo reprodutivo, a partir de 2008, pupulam em diferentes estados/regiões do Brasil a abertura de vagas no ensino técnico-tecnológico que endossa as certificações aligeiradas, flexíveis e imediatistas nos moldes das agências multilaterais de financiamento do projeto educacional brasileiro.

São vagas que, na maioria das vezes capturam - pela necessidade de empregabilidade imediata - as classes trabalhadoras e empobrecidas, situação que traz para o interior dos IFET’s perfis estudantis que necessitam de mediações profissionais especializadas diante das carências materiais, sociais e familiares que cerceiam as trajetórias de vida e trabalho desses estudantes.

Diante disso, e articuladas às determinações globais aqui já expostas, se ampliam os espaços sócio-ocupacionais para assistentes sociais nos IFET’s que mesmo enquanto trabalhadores da esfera pública estatal paulatinamente vêm apresentando em seus processos de trabalho componentes da precarização do trabalho, uma vez que, conforme demonstrado pelo campo empírico de pesquisa, os profissionais tornam-se cada vez mais:

- Expostos e sujeitados a processos de trabalho que desprestigia o campo jurídico-normativo da profissão;

- Suscetíveis a espaço de não trabalho usurpado pelas demandas virtualizadas em que as mídias eletrônicas e de comunicação transmutam-se em demandas de trabalho a serem encaminhados/atendidos fora de seu lócus tradicional;
- Vulneráveis a premente situações de stress, adoecimentos, preocupações, desgastes físicos, emocionais e intelectuais decorrentes das atividades de trabalho;
- Sujeitados ao aumento e complexificação das demandas que, mesmo diante de recursos não universais, precisam ser mediadas frente à pauperização estudantil ante as refrações das desigualdades sociais decorrentes das condições de vida e trabalho dos estudantes e suas famílias.

Diante disso se conclui que, os componentes da precarização do trabalho passam a rondar e cercear - como um espectro -, o exercício profissional dos/das assistentes sociais dos IFET's, sendo necessário frente a isto, "desocultar" os processos que se articulam a totalidade e determinações impostas pela dinâmica capitalista. Esses são os caminhos possíveis para articular debates coletivos para que sejam traçadas as possíveis resistências...

#### 4 REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, nº 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

CFESS. (Org.). Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2018.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?. **Educar**,

Curitiba, n. 22, p. 51-75, 2003. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/er/n22/n22a03.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Para entender o capital: livros II e III**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014a.

HERRERA, Rémy. Prefácio: o capital fictício no centro da crise. In: GOMES, Helder. (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

JACOBY, Russell. Sobre algumas omissões de Thomas Piketty: indo mais além com Marx. In: BAVA, Silvio Caccia. (Org.). **Thomas Piketty e o segredo dos ricos**. Tradução de Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Veneta : Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo (ensaio popular)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Tradução de M. Reis. Lisboa: Antídoto, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de: Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, 1).

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Instituições da rede**. Brasília, DF, 2015. Disponível m: <[http://redefederal.mec.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=1001:uni-dades-da-rede](http://redefederal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=1001:uni-dades-da-rede)>. Acesso em 10 jun. 2018.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. (Org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Teoria marxista das crises**. São Paulo: Global, 1992.